

João Carlos Louçã & Paula Godinho (orgs.), *Quando a História Acelera. Resistência, Movimentos Sociais e o Lugar do Futuro*, Lisboa, Instituto de História Contemporânea - Coleção E-IHC, 2021, pp. 56-71. ISBN: 978-989-8956-231 DOI: <https://doi.org/10.34619/jcwq-hr49> (versão revista)

Camões, patrono-emblema de escritores no pós-Abril contra-revolucionário

Carina Infante do Carmo
Universidade do Algarve/
Centro de Estudos Comparatistas,
Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

Resumo:

Em 1980, o quarto centenário da morte de Camões dá azo a que se mobilize a figura do escritor-cidadão como porta-voz da comunidade nacional. Três anos antes, voltara a haver comemorações oficiais do 10 de Junho e coube a Jorge de Sena e Vergílio Ferreira tomarem a palavra; em 1980, será a vez de David Mourão-Ferreira e Eduardo Lourenço. Mas nessa data redonda das celebrações, o ícone camoniano, de consabida origem romântica, leva escritores à esquerda a tomarem a dianteira: a fazerem de Camões sua personagem — caso de José Saramago, em *Que Farei com Este Livro?* — ou a promoverem publicações que são muito mais do que um gesto evocativo. É o caso do nº. 6 (Outono de 1980) da revista *Loreto 13*, da Associação Portuguesa de Escritores (APE), que celebra em conjunto o centenário de Camões e os 80 anos de José Gomes Ferreira. Camões faz-se patrono e emblema de escritores que, por essa via, actuam no sentido de fazer ganhar, no terreno político-cultural, o Portugal democrático conquistado com a Revolução dos Cravos.

«Camões foi saneado pelo actual Governo» (Coelho, 1980: 24). Assim é puxada para título de uma entrevista ao *Diário de Lisboa*, de 7 de Junho de 1980, a denúncia de Jacinto do Prado Coelho que põe em xeque a decisão do Governo AD (PSD/CDS/PPM), eleito havia seis meses, de não comemorar o IV Centenário de Camões, depois de ter extinto a Comissão nomeada para o efeito pelo governo de Maria de Lourdes Pintasilgo e a que presidia aquele professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Em pano de fundo, a fechar a década de 1970 e o seu «ciclo de cambio más intenso en la historia contemporánea portuguesa» (Loff, 2016: 59), cruzam-se a curta, média e longa durações. Viviam-se o rescaldo da descolonização e do meio século de

ditadura mas também da derrota, a 25 de Novembro de 1975, da esquerda militar e de uma revolução de matiz socialista, inusitada no espaço europeu do tempo. Travado o embate decisivo com o PCP, o PS é apeado do poder pela direita e de onde só sairia quinze anos depois, incluindo o período breve, entre 1983-1985, de Bloco Central (PS-PSD), sob a tutela da intervenção do FMI.

Gorou-se o rumo socialista da Revolução (ainda assim apontado até hoje no preâmbulo da Constituição de 1976) mas não a sua marca democrática e nacional. Em vez da pura e simples *normalização democrática*, que o golpe militar de Novembro de 1975 teria inaugurado em definitivo — remetendo a ideia de revolução para a categoria de anormalidade histórica —, é mais rigoroso ver nesta data dois significados: a vitória definitiva da legitimidade eleitoral sobre a legitimidade revolucionária (*idem*: 79) e a extinção do MFA, embora, até 1982, os militares exercessem o poder através de um órgão de soberania, o Conselho da Revolução. E assim nem o 25 de Novembro pôde ser um violento *putch* contra-revolucionário, nem o regime político-constitucional a que o 25 de Abril deu origem seguiu o modelo liberal-democrático mais comum. Em vez de ter nascido do refrear da Revolução, a democracia portuguesa é produto dela. O novo regime integrou direitos e liberdades conquistados nessa conjuntura efervescente, tornando a Constituição no «fruto do compromisso com um processo revolucionário que profundamente a marcou» (Rosas, 2015: 203); é, de resto, essa a leitura avançada por Álvaro Cunhal, em *A Revolução Portuguesa: Passado e Futuro* (1976: 13).

A data redonda das comemorações camonianas é um marco hoje esquecido mas afinal nevrálgico dessa contraditória e exaltante temporalidade histórica. A entrevista de Prado Coelho transporta-nos para uma conjuntura em que também se disputa a hegemonia sobre a memória nacional, tendo por centro Camões e escritores mobilizados individualmente e/ou enquanto movimento social. Camões fora há muito elevado à condição de escritor nacional: de consabida origem romântica, «patrono cívico da ressurreição da pátria» (Cunha, 2011: 275), ajustado ao figurino positivista dos grandes homens, tinha lastro representativo do Ocidente quinhentista e associação fácil às chamadas Descobertas, por as ter imortalizado e lucidamente criticado com a sua epopeia. Oliveira Martins identificou-o, por isso, em 1872 como

verdadeiro epónimo da pátria portuguesa (João, 2011: 21). Desde 1880, mobiliza a arrancada republicana. Como tal, veio consolidar uma linha de continuidade na memória oficial, na ideologia traduzida na acção do Estado, em rituais celebratórios da nação; a começar pelo nexos estabelecido entre a sua figura e o dia de Portugal, em 1911, quando a Câmara de Lisboa adopta o 10 de Junho como feriado municipal¹.

Ao longo do século XX, Camões é determinante no investimento nacional-identitário do poder político que sobreviveu a vários regimes e culturas políticas — do projecto colonialista e imperial (assente nas ideias de civilização ocidental e cristã, ciência e raça), germinado no final da monarquia, potenciado na República e massificado pelo salazarismo, até a uma titubeante lusofonia pós-colonial e à «eloquente reivindicação de modernidade universalista» (Sobral, 2012: 79) que presidiu à celebração dos 500 anos da chegada de Vasco da Gama à Índia, com a Exposição de 1998.

Ora, naquele mês de Junho de 1980, sob a lente de Jacinto do Prado Coelho, Camões é peça-chave no xadrez político-ideológico em presença. O descaso governamental — alheio à prática no «Mundo civilizado [de] celebrar a nível oficial os escritores que se consagram como expoentes maiores das culturas nacionais» (Coelho, 1980: 24) — era lido em espelho com o 10 de Junho de 1880, a primeira grande comemoração cívica realizada em Portugal: nessa data, o rei D. Luís e a corte não se abstiveram em absoluto de comemorar o poeta mas «participaram a contragosto num evento que tinha a marca dos sectores republicanos e dos monárquicos mais liberais» (João, 2011: 20). Na leitura de Prado Coelho, em 1880, o poder monárquico ficara do lado oposto à «verdadeira consciência nacional» (Coelho, 1980: 24) e às «forças do futuro» (*idem: ibidem*), o republicanismo entenda-se. 1880 podia agora lembrar o conflito sectário lançado pelo governo AD contra o centenário de Camões, cuja organização deveria caber a um friso de camonistas plural do ponto de vista ideológico².

¹ Sobre a associação, ao longo do século XX, entre Camões, o 10 de Junho e a nação na ritualística do Estado português, cf. João, 2011.

² Da referida Comissão, nomeada em Dezembro de 1979, faziam parte: Eduardo Lourenço, Aguiar e Silva, Óscar Lopes, Eugénio de Andrade, Costa Ramalho, Andrée Crabée Rocha, Lima de Freitas, João de Freitas Branco, Joel Serrão, Maria Vitalina Leal de Matos, Pedro Tamen e Emanuel Paulo Ramos.

Prado Coelho é um protagonista relevante no campo literário e cultural português, antes e depois de 1974. Em 1980, dirigia a revista *Colóquio/Letras*, da Fundação Calouste Gulbenkian, e, em 1965, presidia à Sociedade Portuguesa de Escritores (SPE), quando esta foi violentamente extinta pelo regime fascista, por causa da atribuição do Grande Prémio de Novelística ao romance *Luuanda* de Luandino Vieira, preso no Tarrafal. É também nesse capital de prestígio conquistado no domínio literário e na frente cultural de resistência à ditadura que se sustenta a força da sua observação:

Creio que Camões se tornou um poeta incómodo para a nova direita, que já não ousa celebrá-lo como poeta oficial da Fé e do Império, mas que, por outro lado, não tem capacidade intelectual para encarar o Poeta so[b] outro prisma, nos aspectos modernos e problemáticos da sua obra. (Coelho, 1980: 24)

São certos os motivos profundos para o boicote da *nova direita* governamental, que tinha como rosto mais visível o então Secretário de Estado da Cultura Vasco Pulido Valente. Contudo, não é bem verdade que ela não ousasse perpetuar narrativas e símbolos de figurino salazarista. No quadro institucional este bloco político dá expressão à leitura lusotropical do poeta. A 17 de Junho, a Câmara Municipal de Lisboa, presidida por Nuno Abecassis, convida Gilberto Freyre a proferir uma conferência que exalta o português como «transeuropeu cristão» (1980: 9), criador da «casa luso-tropical de residência em que Camões estimaria viver», com suas «neo-Giocondas morenas [...], irmãs e primas de Sónias Bragas» (*idem*: 13), ele que era «misto de intérprete e de profeta d[o]s feitos [portugueses] num conjunto monumental» (*idem*: 7) intitulado *Os Lusíadas*. Na voz do seu mentor, reedita-se o argumentário que sustentou o regime português, desde a década de 1950, contra a contagem decrescente das descolonizações, alegando uma relação excepcionalmente empática e miscigenada de Portugal com os trópicos.

Em paralelo, há que considerar a acção do Presidente da República, general Ramalho Eanes, que inaugura, em 1977, a tradição de cerimónias descentralizadas pelas capitais de distrito daquele que, a partir do ano seguinte, se chamará Dia de Camões, de Portugal e das Comunidades. O cerimonial é marcado até hoje pela condecoração de personalidades civis e militares, a intervenção de políticos, em particular do Presidente da República, e quase sempre de figuras cimeiras da cultura

nacional, sobretudo escritores. A iniciativa de Eanes procura resgatar o Épico da apropriação do Estado Novo. A renomeação do feriado rasura a carga imperial e nacionalista e acentua, em compensação, o valor da diáspora portuguesa e a vocação universal dos portugueses. Para todos os efeitos, Camões vivera a longa experiência do expatriamento e o sonho cosmopolita movia há muito o grosso das elites portuguesas.

Os intervenientes e o teor dos seus discursos são um dado de inegável relevância. Passo em revista os nomes dos primeiros cinco anos: Vergílio Ferreira e Jorge de Sena (1977), Fernando Namora (1978), Vitorino Magalhães Godinho (1979), David Mourão-Ferreira e Eduardo Lourenço (1980), Agustina Bessa-Luís (1981). A lista de personalidades confirma uma escolha que indicia três critérios: 1. o modelo do escritor-cidadão, com graus e matizes diversos de empenhamento político-cultural, antes e depois de 1974; 2. o selo de altíssima qualidade no seu trabalho de criação e pensamento, a notoriedade sancionada pelo campo literário e ratificada pela Universidade e a imprensa cultural; 3. o contributo das suas obras para a construção da memória do Portugal contemporâneo que, assim, os alçava à condição de porta-vozes da comunidade nacional. Com a excepção de Agustina, os escritores convidados são exemplo na resistência não comunista ao salazarismo, com Sena e Namora à cabeça, e, ao tomarem a palavra num acto comemorativo do Estado, posicionam-se sobre o pós-Abril.

Curiosamente, apenas Sena associa Camões ao tempo que a Revolução inaugurou, na medida em que ela fez valer a independência, liberdade e encontro humano, superando, com a descolonização, crimes e erros do Império. Num exercício de desmesura, afecto e amargura, que é também uma identificação autobiográfica com Camões, Sena reitera que a democracia pode e deve celebrá-lo. Importava

[...] dar a Portugal um Camões autêntico e inteiramente diferente do que tinham feito dele: um Camões profundo, um Camões dramático e dividido, um Camões subversivo e revolucionário, em tudo um homem do nosso tempo, que poderia juntar-se ao espírito da revolução de Abril de 1974, e ao mesmo tempo sofrer em si mesmo as angústias e as dúvidas do homem moderno que não obedece a nada nem a ninguém senão à sua própria consciência. (AA.VV., 1982: 27)

A experiência da liberdade vivida desde 1974 é, entretanto, associada à passividade infantil do povo português disfarçada sob a «máscara da paixão cega, da obediência partidária não menos cega, ou do cinismo mais oportunista» (*idem*: 30).

Nesse aspecto Sena define um padrão de suspeita (não nomeada mas aludida) sobre a intervenção da esquerda marxista e os rumos que entende serem de excesso e autoritarismo do PREC. Assim o faz também, na mesma cerimónia de 1977, a «amargura e sobressalto» de Vergílio Ferreira (*idem*: 16) que liga «o nome puro de Camões ao que imediatamente nos perturba e aflige» (*idem: ibidem*), isto é, a ameaça totalitária a pairar sobre um Portugal regressado à sua casa europeia original. Já Namora, tendo na sua trajectória a participação, desde a primeira hora, no movimento neo-realista e na fixação da sua memória, assume a desilusão com a ideia revolucionária e rejeita o socialismo real, enquanto atribui a Camões o verbo artístico das «dissonâncias e arritmias» (*idem*: 50) do modo de ser português e antecipa nele o papel dos intelectuais como mediadores da sociedade civil e política.

Em 1980, os dois oradores escolhidos, Eduardo Lourenço e David Mourão-Ferreira, são subtis no comentário do seu tempo por meio de Camões, através da leitura mítico-cultural ou da exegese literária. Lourenço sublinha no poeta «a consciência ativa e dolorosa do seu génio» (*idem*: 99), para lá da deformação imposta pelo «nacionalismo cego» (*idem*: 101) salazarista, e a força de um herói cultural e cívico cuja epopeia é a «*imagem camoniana de nós mesmos*, a nossa imagem épica, sublimada ou mesmo sublime» (*idem: ibidem*; *itálico do texto*), mesmo sem ser popular entre um povo maioritariamente não leitor. Mourão-Ferreira, por seu lado, explora em Camões a pista das «múltiplas *máscaras*, de um poeta como constelação de vários poetas» (*idem*: 84; *itálico do texto*), homóloga de Pessoa — poeta que, na década de 1980, alcança o pleno da canonização literária e ascende ao firmamento dos símbolos portugueses. Ao mesmo tempo, Mourão-Ferreira recusa converter Camões «em oportuno patrono de qualquer [...] ideologia» (*idem*: 93) e em porta-voz da «‘nação, da classe operária, da gleba, das minorias étnicas, dos partidos’» (*idem*: 84), conforme transcreve de uma citação de Octavio Paz. Na esteira do que Sena afirmara em 1977, Mourão-Ferreira parece visar a apropriação à esquerda (comunista, em particular) de Camões que o IV Centenário comprovará sem dúvida.

Lourenço dirá o mesmo fora do discurso do 10 de Junho, por exemplo em artigos do *Expresso* dedicados às celebrações camonianas. Aí recusa alistar Camões em «combates póstumos que não foram os dele» (Lourenço, 1980a: 22) e integrá-lo, como

gesto de «banal ideologismo ‘militante’» (*idem: ibidem*) no «panteão cultural da Esquerda» (*idem: ibidem*), posto em simetria com o «‘manual patriótico e hipernacionalista’ do cidadão português em que a direita mas também uma certa esquerda liberal o converteu» (Lourenço, 1980b: I). Lourenço privilegia em Camões a marca trans-histórica de uma nova espécie de poesia, radicada num «*pathos* renascentista» (*idem: II*) e na «condição poética do Homem» (*idem: ibidem*), que lhe permitem «atravessar como um relâmpago os quatro séculos que separam o nosso tempo de morte da sua ideal e merecida imortalidade» (*idem: ibidem*).

Lourenço é uma personalidade central no combate travado nos campos cultural e político, intensamente interseccionados entre 1974 e o início da década seguinte. Através de livros e artigos publicados em periódicos generalistas e literários, a sua intervenção determinou a memória da literatura, da cultura e da política daquele período e, por efeito retroactivo, dos protagonistas e obras da cultura antifascista, sobretudo identificada com o neo-realismo³. Indirectamente Lourenço autodenomina-se um dos «jornalistas da urgência revolucionária» (Lourenço, 1985: 30), de cunho liberal e socialista, um dos «criadores de ‘mitos’, [...] autores dos diagnósticos mais pertinentes sobre a situação nacional» (*idem: ibidem*), fossem eles a leitura totalitária da Revolução, a descolonização enquanto perda e desastre ou a dúvida sobre o teor fascista do Estado Novo. Nesse âmbito, contesta as campanhas de dinamização cultural (1974-1976), tuteladas pela 5ª. Divisão do Estado-Maior-General das Forças Armadas, e a organização pela APE do I Congresso dos Escritores Portugueses (1975), por suspeita de dirigismo cultural, mas em que acaba por participar. De igual modo, põe em causa a cultura marxista/marxizante, nem sempre distinguindo os seus matizes ideológicos e reduzindo-a a uma visão absolutamente instrumental da cultura e a um sentido panfletário da palavra literária. A esse bloco político-cultural liga a herança do neo-realismo, cujo projecto colectivo e interdisciplinar se dissolvera à entrada dos anos 1960 mas que mantinha, no PREC, o capital de prestígio resistencialista, em larga intersecção com a força política do PCP.

³ Saliento os ensaios de Lourenço, 1985 e 1994 (1984), com impacto directo nas avaliações do campo literário pós-1974 de Ribeiro, 1986 e 1993 ou George, 1998. Os textos referidos de Lourenço manifestam a continuação da sua divergência, desde *Heterodoxia* (1949), do pensamento marxista e da hegemonia cultural do neo-realismo dos anos 1940-1950, de que é o primeiro grande crítico exterior ao movimento com *Sentido e Forma da Poesia Neo-Realista* (1968).

Falar do Dia de Portugal inaugurado em 1977 e dos intelectuais que o protagonizam traz consigo a questão dos *usos do passado* e das políticas de memória do regime democrático na sua origem. A iniciativa da presidência de Eanes faz o redesenho estatal do passado colectivo, ajustado a narrativas, ícones e rituais que concretizam a ideia de consenso e unidade e estabelecem a ligação com o passado em função das necessidades de uma conjuntura em que a correlação de forças políticas faz prevalecer a vontade de superação do PREC.

Convoca-se, para esta ocasião, a complexidade da obra e figura camonianas mas, através destas, recicla-se também o sentido universalista de Portugal, inaugurado pelas grandes navegações que a tradição intelectual romântica, nacionalista e europeísta, já agora, celebra, omitindo ou eufemizando a violência e ilegitimidade inerente ao Império e ao colonialismo. Por essa via se podia «*serenar* a memória do tempo recente, reclassificando semântica e politicamente a natureza do regime [salazarista] de cujo derrube emergira a própria democracia» (Loff, 2015: 78; *itálico do texto*) e que os discursos políticos à direita e historiográfico *mainstream* têm reduzido ao traço autoritário, salvaguardando-o do labéu fascista. Assim se aliviava a evidência dos conflitos e traumas do presente, a começar pela memória da resistência antifascista e a denúncia do carácter terrorista da sua repressão política. Depois, consagrava-se o discurso senão ressentido pelo menos desiludido com a revolução e a descolonização. Por fim, preparava-se o redireccionamento nacional para a integração na então CEE, identificada até hoje, pelo discurso dominante nos campos político e das ciências sociais, como fonte de legitimação e consolidação da democracia portuguesa.

Antes de 1977, o 10 de Junho não teve estruturação oficial; eram outras as urgências e rostos mobilizadores. Contudo, entre escritores/jornalistas à esquerda, a referência de Camões está ligada à pátria renascida com a Revolução. Leia-se Urbano Tavares Rodrigues, na reportagem sobre a festa de teatro, música e pintura mural alusiva ao 25 de Abril, organizada em Belém por um vasto grupo de artistas:

Dia do povo e não da raça. Dia da liberdade e da fraternidade, dia de Portugal restituído à vocação democrática dos heróis anónimos do cerco de Lisboa, descrito pela pena colorida de Fernão Lopes, à grande tradição patriótica, vinculada às massas, das insurreições do Alentejo e de Lisboa, em 1640, contra o domínio castelhano, das grandes batalhas do liberalismo, em 1820. Dia das mães unidas, da imaginação à solta, da convergência das artes, da profunda expressão de reconhecimento e solidariedade do Movimento Democrático dos Artistas Plásticos com o Movimento Libertador das

Forças Armadas, ao qual se deve a dignificação do nosso País, seu ingresso num convívio universal, de que estava justamente segregado, devido à imagem da ditadura fascista. (Rodrigues, 1974: 4)

Será insuficiente atribuir a este trecho, como o faz Maria Isabel João, «antigas imagens de Camões, aquelas que tinham sido criadas pelos liberais e pelos republicanos no passado» (2011: 30). A jubilosa identificação do papel das camadas populares na sedimentação de uma consciência nacional revolucionária sustenta-se, antes de mais, na historiografia marxista (Flausino Torres, Victor de Sá, António Borges Coelho, Armando Castro, Augusto da Costa Dias, José Manuel Tengarrinha) que, remontando aos anos 1930 e fora da Universidade, ganhou impulso editorial três décadas depois. Tal movimento ensaístico, que integra o *apport* da *história sociológica dos Annales*, consolidou-se «cosido como parte integrante» (Madeira, 2007: 331), e depois *a posteriori*, do movimento cultural e artístico do neo-realismo⁴.

É esse quadro de referência que norteia as celebrações do PCP do IV Centenário de Camões, à semelhança do que fará com os 600 anos da Revolução de 1383-85, sempre em confronto com a indiferença dos organismos oficiais. Registe-se a exposição documental *Camões Poeta do Povo e da Pátria*, organizada na SNBA entre 15-22 de Junho de 1980, e antecedida, nos dia 8 e 9, pelo espectáculo *Todo o Mundo é Composto de Mudança*, no Coliseu de Lisboa⁵.

Na constelação comunista diversificaram-se as formas de celebração de Camões. Sobretudo, através da Editorial Caminho, fundada em 1976 em associação ao jornal *o diário*, e que, em 1980, lança uma colecção e uma revista comemorativas do centenário: contribuem ambas para o fortalecimento da editora, em franca ascensão no universo editorial, ao especializar-se, daí para a frente, na literatura lusófona para adultos e crianças e no ensaio (cf. Maués, 2019: 128-133).

⁴ Veja-se a relevância de *A Revolução de 1383* (1965), de António Borges Coelho, e, mesmo se publicado em França, de *As Lutas de Classes em Portugal no Final da Idade Média* (1967), de Álvaro Cunhal, para o debate sobre a crise de 1383 (revolucionária e burguesa, no entender destes dois autores), tão caro aos historiadores alheados dos círculos do regime (cf. Madeira, 2007: 327).

⁵ Não cabe agora analisar a programação para a qual o PCP designou uma Comissão Nacional e que se multiplicou em iniciativas descentralizadas pelo país. No programa da Exposição, fica evidente o objectivo de associar Camões ao pensamento progressista do seu tempo, contra a opressão e o obscurantismo. Assim ele é trazido à contemporaneidade — para «equacionar o ‘tempo’ não na distância, mas no acto próximo e exemplar de convívio, de fraterna solidariedade devida a um dever histórico, esforçado, presente e com profundas raízes que os 400 anos não quebram» (PCP, 1980: s.p.) —, ao povo trabalhador, em sintonia com os «que estão do lado da trincheira onde a história se escreve e perdura» (*idem: ibidem*). Conjuga-se aí a reivindicação patriótica e de legitimidade partidárias, com benefício pretendido na disputa política do presente.

Na colecção de livros destaca-se a peça teatral *Que Farei com Este Livro?*⁶, a segunda de Saramago, que, no mesmo ano e editora, publica *Levantado do Chão*. Em cena está Camões envelhecido e na miséria, de regresso das Índias a uma Lisboa dizimada pela peste, amordaçada pela Inquisição e condenada pela ilusão ostentatória da elite com as riquezas das navegações. Entretecido pela memória de Garrett e Sena, o Camões de Saramago é um poeta injustiçado pela Censura e pelo descaso do poder: mendiga condições para publicar a sua obra máxima que vem a ser o centro do cânone literário português, livro fundador de uma cultura e objecto de muitos usos e abusos, sobretudo no intuito de a domesticar e incorporar na cultura oficial. O protagonista lê *Os Lusíadas* impressos em livro, numa prefiguração da leitura que continuará nos quatro séculos seguintes. A pergunta do título (adaptada de um poema da *Mensagem*) suscita duas interpretações interligadas: a dúvida sobre o destino do livro e do país de 1572, homólogo do tempo salazarista, e o desafio lançado ao presente de enunciação da peça. Em vez da apologia engessada dos *egrégios avós*, aqui passado e presente interpelam-se mutuamente. Daí resulta uma imagem intempestiva do tempo colectivo pois comporta a memória dos esquecidos e, como tal, a possibilidade de transformação social, antecipando o gesto de memória dos romances saramaguianos na década de 1980⁷.

A Caminho publica ainda a revista *Camões*, dirigida por Óscar Lopes. No seu conjunto ela pretende levar os leitores ao «prazer da poesia e da cultura, ao prazer da história, ao empenhamento histórico de transformação do mundo» (1980, 2: 1), enquanto diz integrar a homenagem mais global de «intelectuais democratas e organizações de trabalhadores e da população» (*idem: ibidem*) que responde ao silêncio e inépcia governamentais naquele centenário. Ao cuidado gráfico juntam-se

⁶ Da colecção fazem ainda parte os ensaios *Camões e a Sociedade do seu Tempo*, de Armando Castro, *Variações sobre o Teatro de Camões*, de L. Francisco Rebello, e *As Concepções Jurídico-Políticas em Os Lusíadas*, de F. Luso Soares, assim como a antologia comentada de *Os Lusíadas*, de António Borges Coelho.

⁷ A ideia da escrita de *Que Farei com Este livro?* partiu de Joaquim Benite, encenador do Grupo de Campolide, estreada em Almada, a 17 de Outubro de 1980, no âmbito das comemorações concelhias de Camões. Desde Maio, decorre uma programação paralela que inclui palestras de Carlos Aboim Inglês, Luiz Francisco Rebello, António Borges Coelho, Helder Macedo, João de Freitas Branco ou Óscar Lopes. A revista *Programa* (1980: 17-34) deixou registo parcial das palestras e uma cronologia originalmente publicada no nº. 1 da revista *Camões* (Caminho). Recordo que, no ano seguinte, fora deste contexto comemorativo, a Cornucópia leva à cena *Dou-che-lo Vivo, Dou-che-lo Morto*, comédia da anti-memória nacional de Camões e outros autores seus contemporâneos, com texto estabelecido por Eduarda Dionísio e Antonino Solmer.

ensaios de divulgação de especialistas em Camões e na sua época⁸, tal como testemunhos e poemas de autores lusófonos, não se eximindo, em alguns casos, a uma exaltação populista. Os poetas valorizam a imagem humanizada do Camões-Trinca-Fortes, viajante sobrevivente, perseguido por poderosos e cooptável, em graus diversos, para a era revolucionária. Se Eugénio de Andrade o vê como «modelo de poesia e de liberdade» («Quem celebra quem?», 1980, 1: 7), avesso a qualquer moral de Estado ou outros interesses, para Gomes Ferreira, ele é o «nosso divino Zarolho, garantia de independência da nossa terra livre» («Um álibi que se torna necessário destruir», *idem*: 3), matriz da língua das nações lusófonas e, como tal, merecedor de estudo escolar aturado; E. M. de Melo e Castro interroga-se: «neste momento, em ti, neste país/que desejo confirma a liberdade?» («Interrogações do re-Camões», 1980, 2: 47), enquanto José Carlos Gonzalez elege o «Luís irmão da tempestade aberta/em milhões, quase vinte, pelo mundo», mesmo para lá de Abril e Novembro: «Até quando Camões? Até à vida. / Até quando, poeta? Até ser homens.» («Sete oitavas em prosa sobre Luiz de Camões», *idem*: 50).

O nº. 6 (Outono de 1980) da revista *Loreto 13*, da APE oferece-nos outra forma de tornar Camões contemporâneo. A opção é a de celebrar o seu centenário e os 80 anos de José Gomes Ferreira. Num tempo de intensa polarização político-ideológica do campo literário e de debate sobre o empenhamento político da arte, a APE conseguiu ser, nas palavras de Gomes Ferreira, «a única Associação que a seguir ao 25 de Abril não se dividiu» (1977: 50); di-lo com conhecimento de causa o seu primeiro presidente, entre 1973 e 1975.

Herdeira da antiga SPE, extinta em 1965, a APE é fruto da luta dos escritores contra as interdições da ditadura para poderem voltar a ter uma organização própria, o que acontece em 1973. Num *Breve Memorial* editado pela APE em 1983, dá-se conta da ligação histórica entre as duas organizações de escritores. Assim ficamos com a noção do lastro resistencialista que a APE herda e do seu papel interventivo, após 1974,

⁸ Entre os ensaístas, destacam-se Óscar Lopes, Alexandre Cabral, Dagoberto Markl, Alberto Ferreira, Armando Castro, Vítor Serrão, Helder Macedo, Jacinto do Prado Coelho ou Teresa Amado. Abrindo com uma caricatura camoniana de Bordalo Pinheiro, o nº. 436-439 (Setembro-Dezembro) da *Vértice* é composto por ensaios sobre Camões, alguns de autores comuns à revista *Camões*: Rodrigues Lapa, Luís de Albuquerque, Armando Castro, Rogério Fernandes, Alexandre Cabral, Egídio Namorado, António Borges Coelho, Elena M. Wolf e Zdeněk Strejč.

na relação com as entidades oficiais do regime democrático, no papel de representação junto de organizações homólogas no estrangeiro, na busca de apoios à edição, na organização de congressos de escritores (em 1975 e 1982) e prémios literários. No ano de celebração camoniana, a APE repudia a demissão dos *media* estatais nessa matéria e, através da sua revista, faz a homenagem simultânea dos dois poetas⁹. Assim traz Camões para o presente, não apenas como matriz do Português moderno mas também pelo paralelo com Gomes Ferreira — à data, um autor com grande projecção pública e êxito editorial, memorialista do século XX e ícone da cultura antifascista e da revolução.

No dia do seu aniversário, o jornal o *diário* publica uma entrevista de José Gomes Ferreira que liga a Revolução a Camões, ao reivindicar uma historicidade revolucionária e a actualidade do poeta quinhentista. A revolução portuguesa, na leitura de Gomes Ferreira, não se mede com Maio de 68 porque a vê como movimento nacional e inacabado: «Ao contrário do que muitos supõem, que a Revolução acabou, eu acho que talvez ela nem ainda tenha começado. § Estamos em plena luta de classes, não há dúvida nenhuma.» (1980: 13). O entrevistado convoca a leitura marxista do processo histórico e o sonho de a Revolução democratizar a arte, sabendo-se um burguês solidário com a causa popular e um poeta militante, antes de mais da poesia, ciente dos limites da linguagem. O seu testemunho é consentâneo com a opção de resistência, inclusive no ocaso revolucionário, que o leva a aderir ao PCP nesse ano de 1980. Já a Camões, atribui-lhe duas acepções: a do símbolo da independência nacional e da cultura «profundamente progressista» (*idem: ibidem*), que admira desde os tempos republicanos da sua infância; e a do contemporâneo dos poetas do presente que fala «no amor pela Paz» e é «o cristalizador da nossa Língua, a única ligação de algum doce que possivelmente persistirá através dos séculos entre o Velho Portugal e as jovens pátrias criadas» (*idem: ibidem*).

A amostra de celebrações do centenário camoniano dá-nos a noção da complexidade de vozes e posições em conflito, nomeadamente sobre os modos de a literatura e de os seus criadores participarem no campo cultural, fortemente

⁹ Colaboram nesta homenagem Alberto Pimenta, Ana Hatherly, António Gedeão, António Ramos Rosa, Armando Silva Carvalho, Mário Cláudio, Mário Dionísio, E. M. de Melo e Castro, José Blanc de Portugal, Ruy Cinatti e Vergílio Alberto Vieira.

interligado com o campo político coectâneo. Camões faz-se patrono e emblema de escritores à esquerda que, por essa via, actuam no sentido de fazer ganhar, no terreno político-cultural, o Portugal democrático conquistado com a Revolução dos Cravos. A escuta dessa data redonda faz-nos ainda pôr em perspectiva a tese de Eduardo Lourenço que, em meados dos anos 1980, dá por esvaziado o impacto da Revolução na literatura e na política do tempo, reduzindo-a a acelerador da «vertiginosa (embora sonâmbula) metamorfose de um povo saindo do casulo provincial e rústico para o ecrã de uma civilização consumista [e mediática] sem fronteiras» (1994: 299).

Ora, o tempo histórico, para mais em literatura, faz-se na simultaneidade de durações, sem fins ou começos absolutos, o que torna natural que «haja um quadro de mudança mais funda anterior à Revolução e continuando o seu curso sob ela» (*idem*: 299). Nem por isso esta foi menos crucial para o que vem a seguir na cultura portuguesa, tendo novos protagonistas e formas de expressão artística e intervenção pública que, em vários casos, não se ficaram pelo desencanto e despolitização. O próprio Lourenço o reconhece: ela «inventou-nos, não só no presente como no passado, uma outra memória de nós mesmos» (*idem*: 300). É, aliás, também pelas réplicas do sismo chamado Abril que se compreendem o centenário camoniano de 1980 ou a revolução romanesca que revisita a memória e a paisagem nacionais, entre o fim dos anos 1970 e a década seguinte, pela mão de José Saramago, Lídia Jorge, António Lobo Antunes, Mário de Carvalho ou João de Melo, sem esquecer quem já vinha detrás, Carlos de Oliveira, Agustina Bessa-Luís, José Cardoso Pires, Augusto Abelaira, Maria Velho da Costa, Nuno Bragança.

Bibliografia

AA.VV., 1982, *Camões e a Identidade Nacional*, Lisboa, IN-CM.

APE, 1983, *Breve Memorial da SPE e da APE no Xº. Aniversário da APE*, Lisboa, APE, http://www.apescritores.pt/APE/Historia_APE.pdf, consultado em 29 de Dezembro de 2020.

1980, *Camões*, nº. 1 Julho-Agosto e nº. 2, Setembro-Novembro.

COELHO, Jacinto do Prado, 1980, “Camões foi saneado pelo actual Governo”, *Diário de Lisboa*, nº. 20275, 7 Junho: 24, <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06833.183.28768#!24>, consultado em 29 de Dezembro de 2020.

- CUNHA, Carlos, 2011, “Comemoração do tricentenário da morte de Camões —1880”, Vítor Aguiar e Silva (coord.), *Dicionário de Luís de Camões*, Lisboa, Caminho: 272-279.
- CUNHAL, Álvaro, 1976, *A Revolução Portuguesa. O Passado e o Futuro*, Lisboa, Avante!.
- FERREIRA, José Gomes, 1977, “José Gomes Ferreira ‘poeta militante’ fala à *Opção*”, entrev. Margarida Marante, *Opção*, Lisboa, nº. 84. 1-7 Dezembro: 48-50.
- , 1980, “A pátria fica maior quando se torna do tamanho da pátria”, entrev. Miguel Serrano, *o diário*, nº. 1351, 9 Junho: 12-13.
- FREYRE, Gilberto, 1982, “Em torno da tradição camoniana em face de insurgências e ressurgências na cultura, em geral, e na lusotropical, em particular”, *Lisboa. Revista Municipal*, 2ª. série, nº. 2: 6-13, http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/LisboaRevM/N2/N2_master/N2.pdf, consultado em 29 de Dezembro de 2020.
- GEORGE, João Pedro, 1998, *O Meio Literário Português 1960/1998. Prémios Literários, Escritores e Acontecimentos*, Lisboa, Difel.
- JOÃO, Maria Isabel, 2011, “Dia de Camões e de Portugal: breve história de uma celebração nacional (1880-1977)”, *Revista de História Jerónimo Zurita*, nº 86: 19-34, <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/8118>, consultado em 29 de Dezembro de 2020.
- LOFF, Manuel, 2015, “Estado, democracia e memória: políticas públicas e batalhas pela memória da ditadura portuguesa (1974-2014)”, Manuel Loff *et al.* (coord.), *Ditadura e Revolução. Democracia e Políticas de Memória*. Coimbra: Almedina: 23-143.
- , 2016, “Comunistas y socialistas en el proceso portugués de democratización: radicalización, revolución, enfrentamiento, reflujo”, Carme Molinero Ruiz & Pere Ysàs (coord.), *Las Izquierdas en Tiempos de Transición*, València, Universitat de València: 59-85.
1980. *Loreto 13. Revista da APE*. nº. 6. Outono.
- LOURENÇO, Eduardo, 1980a, “Retratos de Camões – 1” *Expresso*, nº. 384, 8 Março: 22.
- , 1980b, “Camões, diferente”, *Expresso. Camões*, nº. 399, 21 Junho: I-II.
- , 1985, “O silêncio dos intelectuais”, *Expresso. Revista*, nº. 646, 16 Março: 29-31.
- , 1994 (1984), “Literatura e revolução”, *O Canto do Signo. Existência e Literatura 1957-1993*, Lisboa, Presença: 292-301.
- MADEIRA, João, 2007, “Os novos remexedores da História”, David Santos (org. e coord. ed.), *Batalha pelo Conteúdo. Movimento Neo-Realista Português*, Vila Franca de Xira: C. M. Vila Franca de Xira/Museu do Neo-Realismo: 304-331.
- MAUÉS, Flamarion, 2019, “Editorial Caminho”, *Livros que Tomam Partido. Edição e Revolução em Portugal: 1968-1980*, Lisboa, Parsifal: 128-133.
- PCP, 1980, *Camões Poeta do Povo e da Pátria*. Programa da Exposição promovida pela Comissão para o 4º. Centenário de Camões. SNBA, Junho (Espólio Gabinete de Estudos Sociais-GES/PCP).
- RIBEIRO, António Sousa, 1986, “O povo e o público. Reflexões sobre a cultura em Portugal no Pós-25 de Abril”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº. 18/19/20, Fevereiro: 11-26.
- , 1993, “Configurações do campo intelectual português no pós-25 de Abril: o campo literário”, Boaventura de Sousa Santos (org.), *Portugal: um Retrato Singular*, Porto, Afrontamento: 481-512.

- RODRIGUES, Urbano Tavares, 1974, "Dia da arte e do povo no Mercado da Primavera", *O Século*, nº. 33089, 12 Junho: 4.
- ROSAS, Fernando, 2015, "A Revolução portuguesa de 74/75 no seu 40º. aniversário", Manuel Loff *et al.* (coord.), *Ditadura e Revolução. Democracia e Políticas de Memória*, Coimbra, Almedina: 195-205.
- SOBRAL, José Manuel, 2012, *Portugal, Portugueses: Uma Identidade Nacional*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- GRUPO DE CAMPOLIDE, 1980, *Programa. Revista de Teatro*, nº. 4, Outubro.